ANO 12.º | Segunda-feira, 29 de Setembro de 1919 | Numero 591

O DEMOCRATA

SEMANARIO REPUBLICANO DE AVEIRO

DIRECTOR e EDITOR
Arnaldo Ribeiro

PROPRIEDADE da EMPREZA

Oficina de composição, R. Direita — Impressão na Tip. Nacional R. dos S. Martires—AVEIRO.

Redacção e Administração, Rua Direita, n.º 54

A lei das indemnisações

Vem este a proposito do que tem sido, do que se tem dito, escrito e discutido em torno da acção dos tribunais militares na questão celeberrima da monarquia no Porto.

Não venho discutir o que tem sido a acção dessas instituições especialmente creadas para um fim que por fórma alguma preencheram.

E' do dominio publico.

Mas convém deixar bem estabelecido que tal acção, como instancia encarregada de descobrir um crime, avaliando-lhe as responsabilidades e punindo-o com justiça rigorosa onde o encontrasse, foi inteiramente contraproducente, pois que, em vez de lançar no espirito do delinquente a certêsa da punição sevéra em harmonia com a gravidade do crime, agravada com a reincidencia, certêsa que o levaria a afastar-se da cumplicidade de futuras tentativas da mesma especie, deixa lhes a convicção da fraquêsa do juri que os julga, ou por pusilanimidade, ou por incompreensão da alta missão que foi chamado a desempenhar, ou por receio de qualquer causa, e alimenta-lhes na alma o fogo sagrado da rebelião por não temerem as consequencias do seu acto.

As penas em que tem sido condenados alguns dos cabecilhas da revolta restauracionista, são irrisorias, e, quanto ha dias se disse no parlamento sobre esta gráve questão, não foi o bastante para pôr a nú toda a desiludidora grandêsa, toda a perniciosa brandura... dos nossos costumes.

Mas resta-nos ainda, para que justiça completa seja feita a todos, porque creaturas houve que nada tendo com os movimentos militares e acção politica dos restauradores monarquicos, são tanto ou mais responsaveis no crime de 19 de janeiro como aqueles que, para a consumação do atentado de alta traição contra a Republica, forneceram dinheiro, créditos, elementos de ordem moral que são dos de mais pêso em casos destes; mas não só isto, deram logar a que se cometessem violencias e causassem prejuizos e danos, que doutra fórma se não dariam, resta-nos ainda—diziamos—a lei das indemnisações, de que é autor o ilustre deputado snr. Raul Tamagnini e que representa um alto principio a estabelecer, aquele justamente que, aplicado com mão segura e justiceira, produzirá por si só os efeitos dos mais despoticos tribunaes de excepção, dos mais ferozes periodos de terror.

Entrar fundo pelas algibeiras do desportesta das revoluções é dar em tal desporte o golpe de misericordia. Obrigár o subscritor das contas das revoluções a assinar depois, á força, com decuplicada *generosidade* para liquidar as despesas dos estragos e danos tanto publicos como particulares, para que a sua generosidade revolucionaria concorreu indirecta mas fortemente, é tornar-lhes a conta salgada em demasia, e a tal prova não resiste o mais convicto monarquico de Portugal.

A lei das indemnisações tem, pois, de ser aplicada por outra gente, com outro critério e com mão mais firme. E' necessario que em Portugal a Republica ponha, *de vez*, um ponto final ás revoluções e imponha ordem e acatamento a todos, sejam quem fôrem, venham donde vierem e desculpem-se como queizerem.

O espectaculo vergonhoso que aí se estadeia semanalmente da *coação*, da *ordem superior*, da *ignorancia dos fins do movimento*, etc., é preciso que se não repita, ao menos para evitar esse estendal da falta de hombridade, da falta de pudor civico, da falta de caracter que os conselhos de guerra tem trazido á supuração, e onde raro, rarissimo tem sido o réu que, altiva e nobremente, tem reivindicado a responsabilidade da sua atitude, do seu gesto, das suas convicções.

Toda a gente se lembra que nos conselhos de guerra de Leixões, os revolucionarios de 31 de Janeiro, simples soldados, foram condenados a seis e mais anos de penitenciaria e degredo.

Compare-se com o que está sucedendo agora e blasfeme-se depois contra as perseguições da Republica.

Mas não está ainda tudo perdido.

A lei Tamagnini é o melhor entrave a pôr ás veleidades dos monarquicos e se a sua aplicação fôr recta e justa, mas inflexivel e inexoravel, dôa a quem doer, fira a quem ferir, prejudique a quem prejudicar, e se os republicanos forem os primeiros a negar-se á empenhoca em favor dos atingidos, que em janeiro e fevereiro pouco se importaram dos prejuizos por nós sofridos, a lei Tamagnini produzirá os mais salutares resultados porque o patriotismo dos monarquicos póde ser muito, mas não resiste a duas sangrias na burra.

Uma com a esperança de retorno a bons juros... sim, mas duas para perdas e ganhos... a tanto não resiste o seu acendrado amor á corôa de D. Manuel.

Humberto Beça

EMITEMO-LOS!

—(•)—

PARIS, 18—Foi apresentado ao parlamento um pedido dos consumidores de Carcassone, para que seja aprovada a pena de morte contra os açambarcadores.

Emitêmos os francêses! Neste ponto, tudo quanto seja reprimir o assalto á algibeira do povo, embora por meios, os mais violentos, tem o nosso aplauso.

Basta de contemplações! Acabou a guerra e é tempo de se entrar em vida nova para que isto não liquide tragicamente dum momento para o outro.

Nós supômos que não constitue dificuldade alguma pôr os consumidores a coberto dos ladrões que o país tolera sob a designação de *honrado comercio*. Assim o govêrno queira. Só na capital existem eles ás duzias, como se tem visto pela enorme quantidade de géneros que preferem deixar apodrecer, a vendê-los pelo seu devido preço.

Vâmos, pois! Emitêmo-los os francêses, mas emitêmo-los a sério, sem sofismas nem receios.

Abaixo os açambarcadores!
Abaixo os carrascos do povo!

Imprensa

"A Patria,,

Intitula-se assim um novo diario da manhã que em bréve deve saír na capital, com o bom proposito de acordar as energias velhas e moças da terra e gente portuguêsa, sem ser o porta voz dum homem, dum grupo, dum partido, duma classe, dum mesquinho interesse ou ambição politica, mas sim uma força orientadora que, cuidadosamente, em função de modernidade, hade encaminhar o país para o conhecimento do que podemos chamar as condições moraes e materiaes do seu renascimento.

Dando anticipadas bôas vindas ao novo colega que, com tão nobres intenções, se apresta para a luta, aguardâmo-lo como um estimulo, certos de que com ele alguma coisa havemos de lucrar.

"O Mundo,,

No dia 16 completou o seu décimo nono ano este conhecido diario lisbonense, cuja vida de constantes atribulações jámais deu origem a desanimos no combate encetado em defêsa da Republica.

Saudando-o, curvâmo nos ante a memoria de França Borges, seu inolvidavel fundador e um dos principaes demolidores do regimen monarquico.

"A Voz Publica,,

Acabâmos de receber a visita dum novo jornal independente, que, sob a direcção do snr. Correia de Macedo e tendo por redactor principal o sr. Julio Chaves, se publíca todas as tardes no Porto.

Bem redigido e com magnifico aspecto gráfico, *A Voz Publica* marca no jornalismo do norte não só por isso, mas tambem pela doutrina que espalha e orientação se guida desde o seu primeiro numero da nova fase.

Afectuosamente saudâmos a folha vespertina, desejando-lhe as maximas prosperidades.

"O Farol da Liberdade,,

Vai iniciar a sua publicação na Quinta Nova, concelho de Oliveira do Bairro, e, segundo uma circular que temos presente, destinar-se á á defêsa da causa da Republica, fazendo alêm disso a maxima propaganda comercial por meio de anuncios e outras publicações de réclamo.

São seus proprietarios os srs. Augusto Costa & C.ª

"Portugal Comercial e Industrial,,

O titulo consubstancia a indole desta revista que acaba de dar entrada na nossa redacção. E' profusamente ilustrada e dirige-a Eduardo de Noronha.

Augurâmos lhe prosperidades.

"A Situação,,

Recebemos tambem a visita deste diario republicano da manhã, que vê a luz da publicidade em Lisboa como orgão do grupo que acompanhou Sidonio Paes até á sua deposição pelo assassinato.

Honrando-nos sobremaneira a deferencia, fazemos votos porque todos os que sinceramente trabalham para engrandecer a Republica o façam unidos, pondo de parte azedumes, retaliações, odios pessoaes, unica maneira de a salvar e com ela, o país, patria de todos nós.

A DISSOLUÇÃO

—(•)—

O Congresso votou, finalmente, antes de se encerrar, o principio da dissolução parlamentar, pelo que são concedidos ao chefe do Estado poderes que o habilitam a dissolver o parlamento sempre que entenda que assim o exigem os suprêmos interesses da nação e da Republica.

Manter-se-á o conselho parlamentar estabelecido pelo Senado, cujo parecer terá um caracter meramente consultivo, e o discutido praso dos 120 dias, de invenção democratica, desapareceu como por encanto, não deixando da sua passagem o mais leve vestigio a assinalar tão genial ideia.

Resta agora que tudo se concerte de fórma a que não haja motivos para arrependimentos.

Concertará?

MENDICIDADE EXPLORADORA

—(•)—

Ha uns tempos a esta parte que a cidade é infestada por avultado numero de indigentes que mendigam por essas ruas, exibindo, alguns, aleijões e chagas repelentes, e que não pertencem ao concelho de Aveiro. Entre eles, o maior numero, são autenticos vadios, malandros das mais baixas condições, capazes de todas as infamias, caso a autoridade continue a consenti los por aí, á vontade, sem pôr côbro a tão revoltante exploração.

Aos sabados tambem por cá aparece um rapaz novo, todo melifluo, maneta, que percorre a cidade sem deixar atraz uma viela que seja onde persista *bemfeitor*. Pois este pobresinho, que nasceu e vive na Gafanha, é proprietario, e vende lotes de batata e de feijão que lhe rendem aos 200 e 300 escudos!

Apresenta-se nos arraiaes do logar, com corrente e medalhas de ouro, a consorte de cordões do mesmo metal e se tem filhos são capazes de andar vestidos de arminho...

A' policia recomendâmos este e outros casos sugeitos á sua alçada, esperando que providencias sejam tomadas com o fim de coibir tantos abusos.

O Democrata, vende-se em Lisboa na *Tabacaria Monaco*, ao Rocio.

Films...

Copiando

Anunciam os jornaes de Lisboa que no dia 5 de Outubro, aniversario da proclamação da Republica, a policia de segurança estreiará o seu novo fardamento, tendo já sido distribuidos os *casse-têtes* de borracha ás esquadras, como arma de defêsa em logar do terçado.

E de ataque, não?

Isso depois se verá — segreda nos um amigo aqui do lado.

O S. Cristovam

Contaram nos um dia, em pequeno, a historia deste gigante, que nontros tempos, por ocasião do seu passeio, *a pé*, pelas ruas da cidade, tinha o grande poder de atrair a Aveiro dezenas de milhares de visitantes, que lhe admiravam o garbo, não se retirando uma bôa parte deles sem levarem um pedaço de pão, de chouriço ou mesmo toucinho benzido, para, em caso de fastio, lhes abrir a vonta de de comer..

Mas se S. Cristovam era barqueiro, se atravessava os rios com meninos ao hombro, como se entende que Flaubert no lo impinja patrono dos automobilistas, a ponto destes se reunirem e, para exteriorisarem o seu fervor por uma fórma digna do avantajado santo, buzinarem á roda dele com tanta gana que dir-se-ia quererem-no fazer ouvir á força as suas suplicas para que os poupem de uma *panne* ou de qualquer desastre?

Nada. Aqui anda gato e bom será que se apure, afinal, qual a tendencia do S. Cristovam—se para o lado dos colegas do rio, se pelos *chauffers*, de quem nos teremos de acautelar mais, dado que o pinheiro os não faça girar sem perigo para a integridade corporal de cada um...

Férias

S. Bento, aquele enorme casarão que durante uma parte do ano alberga os representantes do país, autenticos e não autenticos, acha-se agora devoluto pela ausencia dos seus insignes habitantes, que dele se despediram até ás pódas, contando, é claro, com o fracasso da nova revolução anunciado pelo chefe do govêrno e corroborado por quantos o supõem inevitavel, a não saírem os calculos errados...

E' que os *paes da patria* tambem são gente, e isto de dizer asneiras ou estar calado não é trabalho que se faça seguido, sem umas férias para retemperar e crear novos alentos...

O "DESERTAS,,

Encontra-se já a meio caminho da barra o vapor *Desertas*, depois de se terem vencido as maiores dificuldades para o seu salvamento.

Dizem-nos que deve saír ainda este ano.

Na Falperra... de barrete frigio

Não podemos deixar de consignar—registando-o ainda que dolorosamente—os écos da sessão parlamentar de 3 do corrente, que por si só põem a descoberto e definem a obra dos bandos monarquicos depois que invadiram os partidos da Republica, instalando-se neles com identicos propositos aos que os levaram á transformação da monarquia em *Falperra de manto e corôa.*

Ouçâmos, pois, o que o snr. Abilio Marçal revelou, segundo o relato do *Diario de Noticias*:

Quando na sessão passada ouviu as acusações do snr. deputado Afonso Macedo, tomou logo a deliberação de, como relator do parecer, ir ao Ministerio dos Abastecimentos indagar do fundamento que elas tinham, pois as julgava pelo menos exageradas, tão extraordinarias elas eram. Foi e, áparte o caso do trigo ainda existente no porto de Lisboa, dificultado por motivos de ordem juridica, que explicou, tem o desprazer de reconhecer que as acusações são verdadeiras: **por desleixo do ministerio foram lançados ao mar cêrca de 10:700 toneladas de batata podre e aproximadamente a mesma quantidade de feijão inglez.**

Mas outros factos ele encontrou tão escandalosos que entende, para prestigio da Republica, não dever ocultar.

Cita factos:

Tendo o governador de Moçambique farinha em estado garantido, o Ministerio dos Abastecimentos não aceitou e foi compra-la por um intermediario no Transvaal por mais 50 p. c.

Esta farinha estava *ardida.* **Nenhuma se aproveitou para o consumo e ainda pagámos 10:000 libras a quem a lançasse ao mar!**

Ainda de farinha: comprou-se em Inglaterra determinada quantidade de farinha, a que foi dado o preço de 252 o quilo. Sobre este preço se fez o de venda para o mercado.

Mas depois veio uma factura ao preço de 385, pelo qual foi paga. Prejuizo, 450 contos!

Ha tempos comprou em Londres certa quantidade de carne congelada em frigorificos. Chegou ao Tejo, foi em maior parte descarregada por fragatas com uma temperatura de 25 grans.

Apodreceu!

O arroz que ha pouco tempo aí foi vendido era

improprio para o consumo, causando desinterias, foi fornecido e *imposto* ao consumo pelo Ministerio dos Abastecimentos!

Um outro facto entre tantos que podia citar:

Foi uma compra de 20 mil toneladas de carvão, obrigando-se a fornecer 5 vagons por dia para o seu transporte. Não forneceu. Só recebeu cinco toneladas.

O resto desfez-se e foi roubado por essas estações. Prejuizo, 1:000 contos!

Nessa mesma ocasião fez-se uma compra de trigo, que apodreceu e foi roubado nas estações. Nem uma saca entrou em Lisboa.

—Estâmos em frente duma das mais gráves fases da vida da Republica!

Os escandalos Hinton e roubos do Credito Predial são pequenos episodios perante as monstruosidades do Ministerio dos Abastecimentos.

A Republica carece de prestigiar-se e dignificar-se por um grande gesto—extinguir imediatamente o Ministerio dos Abastecimentos e nomear uma comissão de rigoroso inquerito, com os mais amplos poderes. O Ministerio dos Abastecimentos foi o maior instrumento da carestia da nossa vida.

Na mesma sessão, o sr. Jorge Nunes fez esta espantosa revelação:

Diz, que sabe bem o que são esses inqueritos parlamentares que nada dão, citando para o demonstrar o que se passou com o incendio do Deposito de Fardamentos, que a comissão parlamentar encarregada de inquerir as causas desse sinistro, que o ministro da guerra de então atribuiu a mãos criminosas, o que nunca se provou, **nem sequer chegou a iniciar os seus trabalhos.**

Na sessão noturna, o sr. Eduardo de Souza enviou para a meza o seguinte e significativo requerimento:

Requeiro que, em vista das gráves revelações feitas nesta Câmara ácêrca do que se tem passado e está ainda passando nos serviços do Ministerio dos Abastecimentos e Transportes, seja chamada a atenção do govêrno para que, desde este instante, tome todas as precanções de segurança contra qualquer possivel e casual incendio nesse ministerio e contra o desaparecimento tambem possivel e casual de mais documentos.

Para não amortecer o espirito dos bons republicanos que lerem o que aqui reproduzimos, nós perguntâmos lhe se podemos e devemos apoiar e manter gente que produz esta linda obra dentro de um regimen de moralidade e se é justo que se mantenha por mais tempo a impunidade dos prevaricadores, conservando-os em liberdade?

Não; isto assim não faz sentido, havendo absoluta necessidade de pôr a bom recato a ignobil quadrilha que tanto nos explora, roubando-nos descaradamente.

Srs. ministros: ou V. Ex.as nos defendem, ou rua!

Colégio de N. S.a da Conceição

Porque a Junta Geral do Distrito houvesse contractado a compra do palacete do Carmo, propriedade do Colégio de N. Senhora da Conceição, para quartel da guarda republicana, o que está assente, correu o boato de que tambem quási estivemos para nos fazer éco, de que aquele conceituadissimo estabelecimento acabára, quando assim não é, pois de fonte segura nos dizem que apenas muda de instalação, devendo brevemente abrir e funcionar no vasto prédio que hoje pertence ao snr. Alberto João Rosa, e foi da Misericordia de Aveiro, onde serão feitas algumas obras indispensaveis para a nova aplicação que a casa vai ter.

A confirmação do boato, que gostosamente desmentimos, representaria para Aveiro uma perda bastante de sentir, pois casas com o nome e respeitabilidade do Colégio de N. Senhora da Conceição não são fáceis de encontrar, nem se criam dum momento para o outro.

Ainda bem que não fômos na leva, e que se nos proporciona ocasião de dar aos nossos leitores e ás familias interessadas esta agradavel e bôa noticia.

Remar contra a maré...

—=(*)=—

Já agora, para que se não percam os habitos e costumes da nossa terra, voltam a correr com insistencia rumores de nova revolução monarquica, afirmando-se que os realistas se preparam para restaurar o trono que deixaram ir por agua abaixo em 1910.

Não vivo no segredo dos deuses e não sei, portanto, o que haverá a tal respeito, pois de boatos anda o país cheio e não poucas vezes os vejo propalados ao sabor das conveniencias politicas das diferentes *coteries*.

Mas seja como fôr. Se os monarquicos pensam outra vez em tentativas revolucionarias, fazem mal e perdem o seu tempo, vindo de novo provar á evidencia a sua pouca orientação e, mais direi, falta de patriotismo, visto que o tempo e a época não deviam ser para revoluções, mas sim para trabalho.

Esqueceram bem depressa o desastre das ultimas aventuras.

O acaso permitiu-lhes que quando do governo Sidonio Paes, este lhes entregasse quasi tudo, confiado em que a ambição os não cegaria a ponto de os transformar em traidores, proporcionando deste modo a aproximação da familia portuguêsa.

E não seria preferivel isso para que o odio e o rancor desaparecessem e nos considerassemos uma familia que tivesse em vista sómente o amor da Patria, a conservação do nosso lar e trabalhassemos com afan e interesse para o engrandecimento do nosso querido e velho Portugal?

Certamente. Seria uma felicidade para todos nós se acabasse a mania das revoluções, que no nosso país criou fóros dum direito e por uma qualquer ninharia se põem na rua, sobresaltando com frequencia os que não vivem delas.

Ora isto não póde ser nem deve continuar, sob pena de sermos considerados, talvez, ainda inferiores ao povo russo.

Conta-se que lá fóra, os estrangeiros, quando a imprensa lhes annuncia rumores de conspirações revolucionarias em Portugal, soltam gargalhadas de desdem, troçam e nos consideram uns perfeitos doidos!

Querem melhor prova do descredito em que caímos?

Para a salvação dum país não se admitem incompatibilidades de principios e ideias. No nosso ponto de vista, acima de tudo, portuguêses. E compenetrados deste dever, impõe-se desde já uma obra grandiosa de saneamento, acabando com tudo que seja nocivo e prejudicial á Patria, educando e instruindo de fórma a fazer-se de Portugal uma nação modêlo, uma nação altiva que nos conduza á felicidade, como é nosso ardente desejo.

As actuaes instituições teem hoje grandes barrancos a transpôr. Teem responsabilidades da administração publica a apurar; teem responsabilidades na carestia da vida; teem, enfim, responsabilidades a dirimir com os declarados inimigos que contra a sua existencia atentaram de arma na mão.

O actual governo, compenetrado dos seus deveres—não ha duvida que deles se não tem esquecido—conduz-se por fórma a não desmerecer do conceito em que é tido.

E' zeloso na administração publica, manteve-se com altivez e coragem na gréve dos ferro-viarios e quanto ao mais não vemos que sejam justificadas as arremetidas dos proprios correligionarios do snr. Sá Cardoso, a ponto de o colocarem em sérias dificuldades. E porquê? Triste é dize-lo: simplesmente pela ambição do mando! Esqueceu-se os deveres de republicano, pondo de parte tambem o principio da bôa camaradagem, só pela ambição do mando!

As *nuances* são uma peste que matou a monarquia; as *nuances* são uma peste herdada dos monarquicos, que hãode embaraçar a Republica, manietando-lhe os passos.

Eu quero que haja oposição sómente com o intuito de não se consentirem injustiças e imoralidades na administração dos negocios publicos. Mas guerrear por guerrear, guerrear por sistema ou por acinte, é coisa que não se póde admitir e quem assim procede é porque não tem senso politico nem caracter.

Convençâmo nos que as retaliações entre portuguêses devem acabar. Enquanto elas persistirem, não ha harmonia possivel e não são as revoluções continuas que nos hão de salvar. Direi mais: quanto maior fôr o numero de revoluções maior será a nossa ruína, a nossa desgraça, o nosso descredito.

Revoluções para quê? Uma revolução só se justifica em casos extremos ou seja para defender a Patria ou as instituições em perigo. Fóra disso, baterem-se homens da mesma raça e do mesmo sangue, é barbaro e duma crueldade inaudita!

Para a defêsa das instituições está a revolução dos costumes baseados na bôa administração publica, na moral e na justiça, sem parcialidade. Haja homens que assim procedam, que eu quero vêr se alguem tem vontade de conspirar.

O que matou a monarquia foi justamente a corrupção dos seus homens a quem faltou o apoio, a autoridade, a força moral para a sustentarem.

Aos sincéres e bons republicanos lhes suplico que jámais trilhem o mesmo caminho e pensem a valer nos interesses da Patria e das instituições.

Porque seguir uma politica á moda antiga, que é o *arranja-te tu arranjo-em eu*, politica de compadrio sem critério, nem nobrêsa, nem elevação, está fóra de todas as normas dignificadoras da Republica.

Lance-se os olhos para o tesouro publico! E' medonho e aterrarisa o que lá vai de encargos quer com o aumento do funcionalismo, quer com o aumento dos ordenados.

Está cadaverico e as suas mazelas são cobertas com a *papelada*, que, rôta e imunda, apenas o agazalha.

E', pois, um viver ficticio o nosso, sendo de absoluta necessidade que os bons republicanos ponham termo aos desmandos e ajudem com lealdade todos os governos da Republica que se mostrarem dispostos a trabalhar com afinco para a livrar da crise em que se debate.

Haja juizo! De parte as rivalidades entre os adeptos da mesma causa, o facciosismo politico e quando os adversarios nos oferecerem conspirações, respondâmos-lhes nós sem as armas que matam e ferem, *mas sim com as provas duma bôa e sã administração governamental* que faça honra ao regimen e nobilite os homens.

E' essa, a meu vêr, a unica com a qual a Republica se deve bater, porque é invencivel.

José G. Gamelas

AS CAUSAS DUMA... LADROEIRA

—(*)—

São do *Seculo* as seguintes *elucidativas considerações* sobre a causa duma das maiores ladroeiras de que está sendo vitima a sociedade portuguêsa:

Ninguem ignora que o preço elevadissimo por que actualmente se vende o calçado no nosso país é atribuido, pelos industriaes, principalmente, á escassez de peles para o seu fabrico e, consequentemente, ao maior custo de aquela materia prima. E' possivel que os fabricantes de calçado tenham, até certo ponto, razão, mas quem a não tem, decerto, são os negociantes de pelame, que açambarcaram o produto, retendo-o armazenado, em vez de o lançarem no mercado. Teem conseguido, assim, auferir maiores lucros, mas o publico é que sofre as consequencias desta desmedida ganancia, pagando cada vez mais caro o calçado, e não só o calçado, como tambem todos os demais artefactos em que o pelame entra como materia prima. Para que se não diga que fazemos uma afirmativa sem demonstrarmos a sua veracidade, aí vai uma nota que conseguimos obter do movimento do pelame no respectivo deposito do Matadouro Municipal de Lisboa:

Em 6 de agosto existiam naquele deposito 2:142 peles de boi, 1:383 de vitela e 14:774 de carneiro; entraram, durante a semana seguinte, respectivamente, 337, 134 e 1:234; sairam, tambem, respectivamente, 6, 74 e 1:814, e ficaram existindo 2:471 peles de boi, 1:443 de vitela e 15:677 de carneiro, ou seja um total de 19:591 peles em deposito, aguardando uma subida de preço ainda maior que a actual, já incomportavel para a bolsa do consumidor. E que não falham os seus calculos, prova-o o facto das peles de boi, que se pagavam em 15 de janeiro deste ano, a 1$50, pagarem-se em 13 do corrente a 2$50, isto é, terem sofrido um aumento de cêrca de 70 p. c.

E' evidente que, com esta perspetiva duma constante subida de preço, vale a pena pagar a armazenagem das peles, tanto mais que ela custa apenas a modica quantia de um centávo por mez e por pele.

Ora, se não ha outro meio de acabar com tão escandalósa negociata, ao menos que se eleve ao maximo o custo da armazenagem do pelame.

Como nota final, convem frizar que o maior detentor de peles tem actualmente no Matadouro 308, que não vende, provavelmente por achar ainda diminuto o preço de 2$50.

E assim, com mais este negocio das peles, se vai auxiliando o total arrancamento da pele ao pobre consumidor.

Nós só perguntâmos: e o que fazem as autoridades respectivas? O que faz toda essa gente a quem o país paga para ser bem administrado? O que fazem os fiscaes, os guardas, os inspectores? Sim; que faz toda essa gente que nos deixa roubar todos os dias e por todos os processos?

Decididamente, chegámos ao fim rodeados de ladrões.

De ladrões, repetimos, porque outra coisa não são os especuladores que diariamente nos assaltam a bolsa, levando-nos o ultimo centávo em troca do que nos é indispensavel á vida.

Ladrões! Ladrões! Ladrões!

Notas mundanas

Passou na sexta-feira por esta cidade em direcção a Lisbôa, o nosso presado amigo Acacio Simões, que anda em preparativos de viagem para Loanda.

== A fazer a sua habitual estação de aguas, chegou ás Pedras Salgadas o nosso conterraneo e digno chefe da estação do caminho de ferro de Alcantara Terra, sr. David Bernardo.

== Depois de curta estada em Estarreja, seguiu de novo para a terra da sua naturalidade, Osséla, o sr. José de Almeida Séles.

== Do Gerez regressou a Lisboa o nosso bom amigo, sr. Eduardo Veról.

== Acompanhada de sua gentil filha, veio de Cabinda para Oliveira de Azemeis, a sr.a D. Cristina Amorim de Lemos, estremosa esposa do meritissimo juiz de Direito e governador daquele distrito, sr. dr. Manuel Pereira Amorim de Lemos.

Devido a um conflito suscitado entre o proprietario da tipografia onde o *Democrata* se imprime e o respectivo pessoal, que abandonou a casa, e ainda á doença de que foi acometido o nosso director quando se propunha lança-lo, embora com um ou dois dias de atrazo, não se publicou este jornal a semana passada, do que damos conta aos nossos presados assinantes, pedindo-lhes desculpa da falta a que fômos obrigados.

A GRIPE

Dizem de Badajoz ter ali aparecido repentinamente a *gripe*, com caracter epidemico, sendo consideravel o numero de recrutas atacados nos quarteis, onde actualmente se faz a concentração.

Que Portugal vá pondo as barbas de môlho...

Escolas Primárias Superiores

Para conhecimento do publico, eis algumas indicações que reputâ nos uteis, ácêrca destas escolas, cujo funcionamento deve começar em outubro proximo.

As Escolas Primárias Superiores são institutos de educação geral e de preparação tecnica de caracter regional.

O seu regimen é o da co-educação. O ensino ministrado nestas Escolas professa-se em tres anos.

Terminado o curso, cada aluno tem direito a um diploma, que habilita:

a) A requerer matricula nas Escolas Normaes Primárias;

b) A requerer exame da saída do curso geral dos liceus, segunda secção (5.º ano);

c) A requerer o diploma de aptidão pedagógica nas Escolas Normaes Superiores para o exercicio do ensino primário livre;

d) A requerer matricula nas escolas técnicas correspondentes, na parte já especialisada;

e) A concorrer a todos os cargos publicos para que fôr exigida a aprovação no exame de saída do curso geral dos liceus.

O curso das Escolas Primárias Superiores constitue condição de preferencia para a admissão nas fabricas, oficinas, arsenaes e quaesquer outros estabelecimentos do Estado.

A secção domestica destas Escolas tambem constitue condição de preferencia para se ser provido em qualquer lugar do quadro do pessoal menor ou de vigilancia das escolas femininas ou de co-educação.

A matricula é gratuita e efectua-se de 6 a 9 de outubro.

A partir do ano lectivo de 1919 1920 não será admitido a exame de admissão ás Escolas Normaes Primárias qualquer candidato que não apresente certidão de ter completado a primeira classe do curso Primário Superior ou o correspondente no ensino liceal.

NECROLOGÍA

José França Borges

A tuberculose acaba de arrancar ao numero dos vivos mais um republicano da velha guarda e denodado batalhador pela Democracía—José França Borges.

Sentimos profundamente o triste desenlace, porque o extinto, alêm de ser um leal companheiro dos saudosos tempos da propaganda, possuia dotes que o tornavam credor da nossa estima, consideração e amisade.

Era ainda novo José França Borges, pelo que duplamente o lamentâmos, enviando a sua velha mãe e de mais familia, o nosso cartão de condolencias.

Bicicleta

Tendo sido roubada uma, em Perrães, na noite de 7 para 8 do corrente, marca *Triunfo*, modêlo 22 com o n.º 268:607 e a mola do selim partida, gratifica se bem a pessoa que a entregar na Palhaça a José Simões Capão.

CORRESPONDENCIAS

Costa do Valado, 19

Proseguem com grande actividade as vindimas, devendo o produto ser superior em qualidade e quantidade ao recolhido o ano passado, e que está dando bom preço assim como a aguardente.

Até ao fim do mez conta-se com que fiquem os trabalhos concluidos, bemdizendo os lavradores o S. Miguel de 1919 que se portou como não era costume ha muitos anos.

—— Em companhia de sua familia acha-se habitando a sua casa desta localidade, o snr. dr. Antonio Emilio de Almeida Azevedo.

—— Realisa se no domingo a festa da Senhora da Graça, nas Quintans, onde estão chegando bastantes filhos daquele logar que residem fóra.

Vem tocar no arraial de ámanhã á noite a musica de Ilhavo, que se encorporará tambem na procissão depois de tomar parte na festa de igreja.

C.

Idem, 21

ASSASSINATO

Está madrugada apareceu morto, com todos os indicios de ter sido assassinado, visto que apresenta um profundo golpe de navalha do lado do coração, um rapaz daqui natural, chamado Justiniano Pedra e que apenas contava 27 anos, empregando sô na vida de lavoura.

O acontecimento produziu a maior sensação, indo muita gente ao local onde se encontra o infeliz, a meio de um caminho que vai das Quintans á Quinta do Picado, verificar a triste ocorrencia.

O cadaver do Justiniano foi encontrado estendido, de borco, posição que ainda mantem até que cheguem as autoridades, que hãode levantar o auto.

Consta que o assassino é um malandrão de Salgueiro que já rodou para parte incerta.

C.

Monte-pio Geral

Associação de Socorros Mutuos fundada em 1840

—()—

PENSÕES

Perante a Direcção habilitam-se: D. Inês Isaura da Fonseca Santos, D. Carolina Anta dos Santos Azevedo, viuvas, D. Laura Isaura da Fonseca Santos e D. Irene Francelina da Fonseca Santos, maiores; solteiras, residentes em Aveiro, como unicas herdeiras á pensão anual de 150$00 escudos, legados por seu marido e pae, o socio n.º 4:730, Antonio José dos Santos.

Correm editos de trinta dias a contar de hoje, convocando quaesquer outros filhos legitimos, legitimados ou perfilhados do falecido, para que reclamem a parte que na mesma pensão lhes possa pertencer.

Findo o prazo será resolvida esta pretenção.

Lisboa e Escritorio do Monte pio Geral, 2 de Setembra de 1919.

O Secretario da Direcção,

a) *José Augusto Vieira da Fonseca*